

Aula 08

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

14 de Agosto de 2025

Índice

1) Roteiro de Revisão - Nacionalidade	3
2) Questões Estratégicas - Nacionalidade - Instituto AOCF - Médio	7
3) Questionário de Revisão - Nacionalidade	10
4) Referências Bibliográficas	13



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem preparado no assunto, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir:

1. A maior parte das questões sobre o assunto diz respeito à literalidade da Constituição (tenha uma sempre com você, para realizar suas leituras, grifos e anotações). Assim, o mais importante aqui é ler e reler a literalidade dos arts. 12 e 13 da CF/88, atentando-se aos seguintes pontos, buscando memorizá-los aos poucos:

Espécies de nacionalidade – brasileiros natos e naturalizados (art. 12, incisos I e II, da CF/88)

CF/88, art. 12. São brasileiros:

I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;*
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;*
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;*

II - naturalizados:

- a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;*
- b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.*

O inciso I trata da nacionalidade originária (ou primária) e, o inciso II, da nacionalidade derivada (ou secundária).

No inciso I, "a", a CF/88 adotou o critério *ius solis* (origem territorial) para que o indivíduo seja considerado brasileiro nato.

No inciso I, "b", a CF/88 adotou o critério *ius sanguinis* (origem sanguínea) em conjunto com um critério funcional, em que um dos pais brasileiros do nascido no estrangeiro deve estar a serviço da República Federativa do Brasil, para que seja considerado brasileiro nato.



No inciso I, "c", a CF/88 adotou o critério *ius sanguinis* (origem sanguínea) em conjunto com duas condições alternativas para que o nascido no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira seja considerado brasileiro nato:

- i. seja registrado em repartição brasileira competente;
- ii. venha a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira (esse último caso é chamado de "nacionalidade potestativa").

No caso do inciso II, alínea "a" (naturalização ordinária), o mero cumprimento dos requisitos exigidos não garante ao estrangeiro a aquisição da nacionalidade brasileira, porque a concessão da naturalização ordinária é ato discricionário do Chefe do Poder Executivo.

No caso do inciso II, alínea "b" (naturalização extraordinária), o interessado possui direito subjetivo à nacionalidade brasileira caso cumpra os requisitos exigidos.

Não há caso previsto de naturalização tácita na CF/88, somente expressa.

Um tipo de questão de prova recorrente aqui é aquele que apresenta uma situação hipotética para o candidato analisar da seguinte forma: *"no caso narrado, fulano pode ser considerado brasileiro nato/naturalizado?"*.

Portugueses com residência permanente no Brasil (art. 12, § 1º, da CF/88)

CF/88, art. 12, § 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Nesse caso não há atribuição de nacionalidade aos portugueses – eles passam a gozar dos mesmos direitos do brasileiro naturalizado, sem necessidade de obter a nacionalidade.

Muito cuidado! A CF/88 trata, neste ponto do conteúdo, especificamente sobre os "portugueses", não sobre os "originários de países de língua portuguesa", que são mencionados pela Constituição para tratar de uma hipótese de aquisição de nacionalidade derivada (alínea "a" do inciso II do art. 12).

Vedação à distinção pela lei entre brasileiros natos e naturalizados (art. 12, § 2º, da CF/88)

CF/88, art. 12, § 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

Trata-se de uma vedação à lei, não à Constituição Federal – inclusive a CF/88 estabelece casos de tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado: cargos (art. 12, § 3º), extradição



(inciso LI do art. 5º), função no Conselho da República (inciso VII do art. 89) e direito de propriedade (art. 222).

Cargos privativos de brasileiro nato (art. 12, § 3º, da CF/88)

CF/88, art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

No âmbito do Senado e da Câmara dos Deputados, apenas seus presidentes necessitam ser brasileiros natos, os demais parlamentares podem ser brasileiros naturalizados, conforme se depreende dos incisos I e II;

No âmbito do STF, todos os ministros precisam ser brasileiros natos, não somente o presidente da Corte (em razão do previsto no inciso IV);

Como os portugueses equiparados recebem tratamento de brasileiro naturalizado, não podem ocupar cargos privativos de brasileiro nato.

Perda da nacionalidade (art. 12, § 4º, da CF/88)

CF/88, art. 12, § 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

§ 5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.

O rol do § 4º é taxativo, ou seja, somente nas hipóteses nele elencadas poderá haver a perda da nacionalidade. Isso significa, também, que outras normas que não a CF/88 estão proibidas de prever hipóteses diferentes de perda da nacionalidade;

Veja que no caso previsto no inciso I, o cancelamento da naturalização só pode ocorrer por decisão judicial (não serve ato administrativo). As causas para o cancelamento são i) fraude relacionada ao processo de naturalização ou ii) atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Já no caso do inciso II, há a necessidade da realização de um pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira, e o pedido deve ocorrer perante autoridade brasileira competente.



Ressalva-se, no caso do inciso II, as situações que acarretem apatridia, ou seja, o pedido não pode acarretar uma situação em que a pessoa não possua sua nacionalidade reconhecida por nenhum país.

Símbolos e idioma (art. 13 da CF/88)

CF/88, art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.
§ 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.
§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

Observe que no § 2º não há referência à União, mas tão somente aos demais entes federados (até porque os símbolos da República Federativa do Brasil já estão elencados no § 1º).

2. De maneira secundária, é importante também obter uma boa compreensão dos conceitos de nação, nacionalidade, povo, população, nacional, cidadão, estrangeiro, polipátrida e apátrida, com ênfase nas considerações a seguir:

Nacionalidade originária e derivada

A nacionalidade originária é involuntária, resultando de um fato natural (nascimento), sendo atribuída ao indivíduo em razão de critérios sanguíneos ("*jus sanguinis*"), territoriais ("*jus soli*") ou mistos. Por sua vez, a nacionalidade derivada é voluntária, dependendo de ato praticado depois do nascimento.

Veja que, conforme art. 12, incisos I e II da CF/88, em regra, a Constituição adota o critério *jus soli*, mas há exceções em que é aplicada a regra do *jus sanguinis*.

Nacionalidade e cidadania

A cidadania diz respeito ao gozo dos direitos políticos, enquanto a nacionalidade diz respeito aos indivíduos que possuem uma ligação pessoal com o Estado. Assim, o conceito de nacionalidade é mais amplo que o de cidadania, uma vez que todos que possuem cidadania brasileira também possuem nacionalidade brasileira, mas o contrário não necessariamente é verdade.

Naturalização tácita e expressa

A naturalização tácita é adquirida mesmo que não haja manifestação do indivíduo, enquanto a naturalização expressa depende de pedido/requerimento do interessado.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2022/MPE-RR/Técnico do Ministério Público) Considere que Pedro nasceu na Alemanha, seu pai é alemão e a mãe brasileira. Eles moraram lá até Pedro completar dezoito anos, quando esse veio residir no Brasil. Levando em conta que nenhum dos pais estava a serviço de seu país de origem, qual é o prazo para que Pedro opte pela nacionalidade brasileira?

- a) O prazo é de dois anos depois de atingir a maioridade e estabelecer residência no Brasil.
- b) O prazo é de cinco anos depois de atingir a maioridade e estabelecer residência no Brasil.
- c) Pedro não poderá optar pela nacionalidade brasileira se não tiver sido registrado em repartição brasileira competente na Alemanha.
- d) Pedro poderá optar pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo.
- e) Pedro terá o prazo de dez anos para requerer sua naturalização.

Comentários

A alternativa correta é a letra D, pois conforme alínea c, inciso I, artigo 12 da Constituição Federal, Pedro, que nasceu na Alemanha, de mãe brasileira, vindo a residir no Brasil, depois de atingida a maioridade, poderá optar em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira.

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

(...)



c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

Gabarito: Letra D.

2. (Instituto AOCP/2024/CBM-PE/Soldado) Caio foi indagado por seu primo Kroiew, de nacionalidade alemã, se as normas brasileiras preveem quais são os cargos privativos a brasileiro nato e como se dá a perda da nacionalidade do brasileiro. Considerando o teor do enunciado e o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil acerca da nacionalidade, é correto afirmar que

a) são privativos de brasileiro nato os cargos da carreira diplomática e os de praças das Forças Armadas.

b) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial ou decisão irreversível do Ministro das Relações Exteriores, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

c) são privativos de brasileiro nato os cargos de Deputado Federal e de Senador da República.

d) considerados estratégicos para a soberania do País, os cargos de Ministro de Estado da Defesa, da Comunicação e da Justiça e Segurança Pública são privativos de brasileiro nato.

e) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Comentários

Letra A - **incorreta**. Conforme o rol disposto no § 3º, artigo 12 da Constituição Federal, o cargo da carreira diplomática é privativo de brasileiros natos, mas os de praças das Forças Armadas não.

Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

(...)

V - da carreira diplomática;

*VI - de **oficial** das Forças Armadas.*



Letra B - **incorreta**. Conforme inciso I, § 4º, artigo 12 da Constituição Federal, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, não por decisão irrecorrível do Ministro das Relações Exteriores.

Art. 12, § 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

*I - tiver cancelada sua naturalização, **por sentença judicial**, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;*

Letra C - **incorreta**. Conforme incisos II e III, § 3º, artigo 12 da Constituição Federal, são privativos de brasileiros natos os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, não os de Deputado Federal e de Senador da República.

Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

(...)

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

Letra D - **incorreta**. Dentre os elencados pela alternativa apenas o cargo de Ministro de Estado da Defesa é privativo de brasileiro nato, conforme incisos VII, § 3º, artigo 12 da Constituição Federal.

Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

(...)

VII - de Ministro de Estado da Defesa

Letra E - **correta**. Conforme inciso II, § 4º, artigo 12 da Constituição Federal.

Art. 12, § 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

(...)

II - fizer pedido expreso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Gabarito: Letra E.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Qualquer pessoa nascida no Brasil é considerada brasileira nata à luz da CF/88? Explique.
2. É possível que o nascido no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira seja considerado brasileiro nato? Explique.
3. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos brasileiros naturalizados (art. 12, inciso II, da CF/88):
 - 3.1 São brasileiros naturalizados:
 - 3.1.1. os que, na forma da ____ (a) ____, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua ____ (b) ____ apenas residência por um ano ____ (c) ____ e idoneidade ____ (d) _____. Neste caso, a concessão da naturalização ordinária é ato ____ (e) ____ do Chefe do Poder ____ (f) _____;
 - 3.1.2. os ____ (g) ____ de qualquer nacionalidade, ____ (h) ____ na República Federativa do Brasil há mais de ____ (i) ____ anos ininterruptos e sem ____ (j) ____ penal, desde que ____ (k) ____ a nacionalidade brasileira. Neste caso (naturalização extraordinária), o interessado possui ____ (l) ____ subjetivo à nacionalidade brasileira caso cumpra os requisitos exigidos.
4. Quais os casos de naturalização tácita previstos na CF/88?
5. Qual a condição para que sejam atribuídos aos portugueses com residência permanente no País os direitos inerentes ao brasileiro (excetuados os casos previstos na CF/88)?
6. É possível o estabelecimento de distinção entre brasileiros natos e naturalizados?
7. Qual a diferença entre a nacionalidade originária e a nacionalidade derivada?
8. Qual a diferença entre a cidadania e a nacionalidade?
9. Qual a diferença entre a naturalização tácita e a naturalização expressa?
10. Complete as lacunas a seguir a respeito do idioma e dos símbolos (art. 13 da Constituição Federal):
 - 10.1. A língua ____ (a) ____ é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.



10.2. São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as ____ (b) ____ e o ____ (c) ____ nacionais.

10.3. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos ____ (d) ____.

Perguntas com respostas

1. Qualquer pessoa nascida no Brasil é considerada brasileira nata à luz da CF/88? Explique.

Não. Se ambos os pais da criança forem estrangeiros e pelo menos um deles estiver no Brasil a serviço de seu país, ela não será considerada brasileira nata (CF/88, art. 12, I, "a").

2. É possível que o nascido no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira seja considerado brasileiro nato? Explique.

Sim, o nascido no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira será considerado brasileiro nato nos seguintes casos:

a) se o pai brasileiro ou mãe brasileira estiver a serviço da República Federativa do Brasil (CF/88, art. 12, I, "b"); ou

b) se for registrado em repartição brasileira competente (CF/88, art. 12, I, "c"); ou

c) se vier a residir na República Federativa do Brasil e optar, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira (CF/88, art. 12, I, "c").

3. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos brasileiros naturalizados (art. 12, inciso II, da CF/88):

3.1 São brasileiros naturalizados:

3.1.1. os que, na forma da ____ (a) ____, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua ____ (b) ____ apenas residência por um ano ____ (c) ____ e idoneidade ____ (d) _____. Neste caso, a concessão da naturalização ordinária é ato ____ (e) ____ do Chefe do Poder ____ (f) _____;

3.1.2. os ____ (g) ____ de qualquer nacionalidade, ____ (h) ____ na República Federativa do Brasil há mais de ____ (i) ____ anos ininterruptos e sem ____ (j) ____ penal, desde que ____ (k) ____ a nacionalidade brasileira. Neste caso (naturalização extraordinária), o interessado possui ____ (l) ____ subjetivo à nacionalidade brasileira caso cumpra os requisitos exigidos.

(a) lei	(b) portuguesa	(c) ininterrupto	(d) moral
(e) discricionário	(f) Executivo	(g) estrangeiros	(h) residentes
(i) quinze	(j) condenação	(k) requeiram	(l) direito



4. Quais os casos de naturalização tácita previstos na CF/88?

Nenhum, não há caso de naturalização tácita previsto na CF/88, somente expressa.

5. Qual a condição para que sejam atribuídos aos portugueses com residência permanente no País os direitos inerentes ao brasileiro (excetuados os casos previstos na CF/88)?

A condição é que haja reciprocidade em favor de brasileiros (art. 12, § 1º, CF).

6. É possível o estabelecimento de distinção entre brasileiros natos e naturalizados?

Sim, desde que essa distinção seja estabelecida pela Constituição Federal: por lei não é possível (art. 12, § 2º, CF).

7. Qual a diferença entre a nacionalidade originária e a nacionalidade derivada?

A nacionalidade originária é involuntária, pois decorre do nascimento. Por sua vez, a nacionalidade derivada é voluntária, dependendo de ato praticado depois do nascimento.

8. Qual a diferença entre a cidadania e a nacionalidade?

A cidadania diz respeito ao gozo dos direitos políticos, enquanto a nacionalidade diz respeito aos indivíduos que possuem uma ligação pessoal com o Estado.

9. Qual a diferença entre a naturalização tácita e a naturalização expressa?

A naturalização tácita é adquirida mesmo que não haja manifestação do indivíduo, enquanto a naturalização expressa depende de pedido/requerimento do interessado.

10. Complete as lacunas a seguir a respeito do idioma e dos símbolos (art. 13 da Constituição Federal):

10.1. A língua ____ (a) ____ é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

10.2. São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as ____ (b) ____ e o ____ (c) ____ nacionais.

10.3. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos ____ (d) ____.

(a) portuguesa	(b) armas	(c) selo	(d) próprios
----------------	-----------	----------	--------------



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.